



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0022908-86.2012.8.17.000 (0291035-8)**  
AGRAVANTE: **JEFFERSON FERNANDO DOS SANTOS FERREIRA**  
AGRAVADO: **MARIA DO CARMO VALENÇA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INADMISSIBILIDADE.**

1. Agravo de Instrumento intentado em face de decisão que deferiu pedido liminar da ora agravada, para o fim de determinar a desocupação do imóvel objeto da lide, de forma voluntária, sob pena de desocupação forçada.
2. Agravo Regimental contra decisão terminativa monocrática proferida com base no art. 557, §1º-A, do CPC. Nos exatos termos do §1º de mencionado dispositivo caberia recurso de agravo contra a decisão em comento. Ocorre que o art. 74, VIII do Regimento Interno dessa Corte de Justiça, prevê Agravo Regimental para julgamentos do relator nos mesmos termos das manifestações fundamentadas no art. 557, do CPC. Aplicação o princípio da fungibilidade conhece-se o presente Agravo Regimental como Recurso de Agravo.
3. A verossimilhança das alegações e o perigo de dano militam em favor da agravada, uma vez que comprova a aquisição legal do imóvel e, encontra-se privada do exercício de seu direito de propriedade, qual seja: usar, gozar e dispor do seu bem.
4. Nos demais termos, o Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.
5. Agravo Regimental a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0291035-8, em que figura como Agravante **JEFFERSON FERNANDO DOS SANTOS FERREIRA**, e como Agravada **MARIA DO CARMO VALENÇA**, ACORDAM os Desembargadores deste órgão fracionário, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL**, em conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife, 24.05.2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0022908-86.2012.8.17.000 (0291035-8)**  
AGRAVANTE: **JEFFERSON FERNANDO DOS SANTOS FERREIRA**  
AGRAVADO: **MARIA DO CARMO VALENÇA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Jefferson Fernando dos Santos Ferreira, em razão de decisão terminativa monocrática proferida pelo então relator o Des. Sílvio de Arruda Beltrão, que negou seguimento ao Agravo de Instrumento de nº 0022908-86.2012.8.17.0000, para o fim de restaurar os efeitos da decisão interlocutória que antecipou a tutela para imitar na posse a parte autora, nos autos da Ação Reivindicatória nº 008711-66.2012.8.17.0990.

Em suas razões, argumenta que há equívoco na decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, pois, a teor das provas acostadas aos autos resta claro a verossimilhança dos fundamentos do agravante, bem como a legislação e jurisprudência aplicáveis ao caso concreto. Afirma, que a decisão em comento causa grave lesão ao recorrente por envolver direito à moradia e a propriedade, fatos que autorizam a revisão do julgamento questionado.

Assim, requer a reconsideração da decisão agravada para que seja conhecido o presente recurso, reformando a decisão agravada, dando-se total provimento ao Agravo de Instrumento interposto, posto que inexistente qualquer matéria que possibilite a negativa de seguimento do recurso.

Vieram os autos conclusos. É o relatório.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 29-05-2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
TIPO: **AGRAVO REGIMENTAL**  
PROCESSO Nº: **0022908-86.2012.8.17.0000 (0291035-8)**  
AGRAVANTE: **JEFFERSON FERNANDO DOS SANTOS FERREIRA**  
AGRAVADO: **MARIA DO CARMO VALENÇA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

Em sede de juízo de admissibilidade, observo que foi interposto Agravo Regimental contra decisão terminativa monocrática proferida com base no art. 557, §1º-A, do CPC.

Nos exatos termos do §1º de mencionado dispositivo caberia recurso de agravo contra a decisão em comento. Ocorre que o art. 74, VIII do Regimento Interno dessa Corte de Justiça, prevê Agravo Regimental para julgamentos do relator nos mesmos termos das manifestações fundamentadas no art. 557, do CPC.

Assim, aplicando o princípio da fungibilidade conheço do presente Agravo Regimental como Recurso de Agravo, pelo que passo a decidir.

Compulsando os autos, verifico que a decisão terminativa lançada não deve ser reformada. Passo à análise dos pedidos.

O referido Agravo de Instrumento, não foi conhecido em razão de manifesta improcedência, posto que, ao final, restou evidente que a verossimilhança das alegações e o perigo de dano irreparável militam em favor da Sra. Maria do Carmo Valença.

No caso concreto, foi interposto Agravo de Instrumento contra decisão que deferiu o pedido liminar da agravada, determinando que o ora agravante desocupasse o imóvel sito na Rua Sabino Pinho, nº 585, apto 101, Jardim Atlântico, de forma voluntária, sob pena de desocupação forçada.

Alega o agravante que referido *decisum* causa-lhe lesão grave e de difícil reparação, já que a narrativa da inicial é falaciosa e revela fins ilícitos da recorrida, que passou a ser proprietária do imóvel com base em mentiras e com intuito de locupletamento.

Contudo, dos autos extrai-se que o objeto do presente instrumento refere-se à discussão sobre a propriedade do bem em sede de Ação Reivindicatória. Restou comprovada a aquisição do imóvel pela agravada, que procedeu ao registro em cartório competente.

Nesta toada, cabe ao proprietário o direito de sequela, ou seja, de recuperar o bem junto a quem o detém indevidamente. Assim, configurada verossimilhança das alegações da agravada, bem como o perigo de dano, uma vez que se encontra impedida de usar, gozar e dispor do seu imóvel.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

547  
OF

Do exposto, entendo que se verifica de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passível de modificação do julgado.

É mister demonstrar que o Superior Tribunal de Justiça confirma a aplicação do art. 557, do CPC, quando manifestamente improcedente o recurso, sem que importe em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como admite o não acolhimento do Recurso de Agravo que pretende tão somente a rediscussão da matéria como se pode verificar de trecho das ementas abaixo transcrita, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REVISÃO DE PENSÃO. SÚMULA N.º 7/STJ.

**1. O julgamento monocrático pelo relator da causa, ao utilizar os poderes processuais do artigo 557 do Diploma Processual Civil, não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição, desde que o recurso se manifeste inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, deste colendo Superior Tribunal de Justiça, ou da Excelsa Corte.**

2. O Tribunal decidiu a controvérsia com base no acervo fático-probatório colacionado aos autos. Assim, modificar tal entendimento ensejaria o necessário reexame de matéria probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o enunciado da Súmula n.º 7 desta Corte 3. Agravo regimental improvido.<sup>1</sup>

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. ART. 557 DO CPC. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REQUISITOS DA UNIÃO ESTÁVEL. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

**1. O julgamento do recurso especial conforme o art. 557 do CPC não ofende os princípios do contraditório e da ampla defesa, se observados os requisitos recursais de admissibilidade, os enunciados de Súmulas e a jurisprudência dominante do STJ.**

**2. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.**

3. Para a demonstração do dissídio pretoriano, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, são necessários a similitude fática e o cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, que não se satisfaz com a mera transcrição de ementas dos arestos indicados como paradigmas.

4. *OMISSIS*...<sup>2</sup>

<sup>1</sup> (AgRg no Ag 1150862/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 17/10/2011)

<sup>2</sup> (AgRg nos EDcl no REsp 805.265/AL, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 21/09/2010)



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

742  
R

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável através da via eleita.

À luz de tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**, por não trazer fato novo suficiente a fundamentar a mudança do entendimento anteriormente lançado, mantendo a decisão terminativa guerreada, e confirmando os termos da decisão de piso que deferiu a imissão na posse pela agravada, determinando a desocupação do imóvel objeto da lide, de forma voluntária, sob pena de desocupação forçada.

Recife, 29.05.2014

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Relator